



# COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

*VOLUME III*

*MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS*

dezembro / 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

## **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

José Carlos Dias

José Paulo Cavalcanti Filho

Maria Rita Kehl

Paulo Sérgio Pinheiro

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Rosa Maria Cardoso da Cunha

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.

Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. –

Brasília: CNV, 2014.

1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

ISBN 978-85-85142-63-6 (Coleção digital)

ISBN 978-85-85142-66-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de Direitos Humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044



## **OLAVO HANSSEN**

**FILIAÇÃO:** Borborema Hanssen e Harald Hanssen

**DATA E LOCAL DE NASCIMENTO:** 14/12/1937, São Paulo (SP)

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** operário metalúrgico

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:** Partido Operário  
Revolucionário Trotskista (PORT)

**DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO:**

9/5/1970, São Paulo (SP)

### **BIOGRAFIA<sup>1</sup>**

Olavo Hanssen era o primogênito de oito filhos. Ele e sua família sempre viveram na periferia da cidade de São Paulo. Nasceu na Penha, passou por Guarulhos, São Bernardo e, finalmente, Mauá, onde se estabeleceram em uma casa na rua Seis, hoje chamada de rua Vitorio Chiarotti.

Desde muito cedo, Hanssen trabalhou para complementar a renda familiar. Com 14 anos já trabalhava na Tecelagem de Seda Sul Americana, em São Bernardo. Para custear seus estudos, ainda trabalhou como *office-boy* em várias empresas, em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá.

Cursou o secundário em São Bernardo do Campo, na Escola Dona Leonor Mendes de Barros e em Santo André, no Colégio Américo Brasiliense. Em 1960, ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o segundo ano do curso de Engenharia de Minas. Iniciou sua militância em 1961, associando-se ao Grêmio Politécnico e participando do movimento estudantil onde conheceu Tullo Vigevani, do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), ao qual se filiou.

Foi trabalhar no setor de programação da Massari S.A. Indústria de Viaturas, situada no quilômetro 1,5 da via Dutra, na Vila Maria, em São Paulo. Utilizando o codinome de Alfredo, e também apelidado de Totó, inscreveu-se no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico

de São Paulo e deu início à sua militância no movimento operário, com matrícula 121.689.

O Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo e Hanssen tornou-se membro ativo da oposição sindical, defendendo propostas como a garantia do direito de greve, a oposição aos interventores nos sindicatos e a organização das comissões de fábrica. Em novembro de 1964, a categoria logrou fazer uma greve de três dias em São Paulo contra o arrocho salarial.

Durante a ditadura militar, Hanssen foi preso ao menos cinco vezes: em 1963, foi preso, na avenida Arno, por distribuir panfletos em defesa de Cuba para o operários, junto com dois companheiros (Fábio Antonio Munhoz e Lídia Drasmikovicius); em novembro de 1964, foi preso próximo à casa de seus pais por portar o *Frente Operária*, jornal do PORT, tendo sido detido no DOPS, onde foi torturado e lá permanecendo por cinco meses; posteriormente foi preso por panfletar perto da Forjaço, em Osasco; e depois pela Polícia Federal, ao sair de uma assembleia metalúrgica em maio de 1968.

Não havia registro no DOPS/SP de todas as prisões de Hanssen. Sua irmã, em depoimento dado para Murilo Leal, autor da biografia *Olavo Hanssen: uma vida em desafio*, relatou que ele era preso, preventivamente, em todo primeiro de maio. Foi morto em consequência de uma dessas prisões, ocorrida no dia 1º de maio de 1970.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 29 de fevereiro de 1996 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Olavo Hanssen. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Desde a época de sua morte, foram realizadas denúncias em várias instituições estatais e internacionais, com o objetivo de se esclarecer o caso. Em sessão de 21 de maio de 1970, o deputado Franco Montoro, líder do MDB, fez um discurso e apresentou requerimento para convocação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana. Apesar de sua denúncia ser apreciada pelo Conselho, decidiu-se por arquivar o caso. Em outra sessão, de 16 de setembro de 1970, o deputado Pedroso Horta novamente levou denúncia ao plenário da Câmara dos Deputados, enfatizando que Olavo não morreu de suicídio, mas sim em decorrência das torturas sofridas na cadeia. A denúncia do assassinato de Olavo Hanssen também foi apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1973. O Brasil negou a solicitação da Comissão para que fosse enviado o relator da CIDH, Doutor Durward V. Sandifer, para que pudesse levantar dados sobre o caso. A Comissão considerou que o Estado Brasileiro violou os artigos 4 (direito à vida), 5 (direito à integridade pessoal), 8 (garantias judiciais), 13 (direito à liberdade de expressão) e 25 (direito à proteção contra a detenção arbitrária). Além disso, o caso gerou queixa também junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Tribunal Popular Permanente “Bertrand Russell”. Em sua homenagem, há ruas designadas pelo nome de Olavo Hansen em Campo Grande (RJ), Santo André (SP) e São Paulo (SP).

## CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Os fatos em torno da morte de Olavo Hanssen tem como estopim a prisão efetivada no dia 1º de maio de 1970, na comemoração pelo Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi a primeira grande manifestação depois do golpe de 1964, convocada por treze sindicatos e oposições. Havia cerca de 500 pessoas no estádio Maria Zélia, em São Paulo. Logo na chegada, Olavo percebeu que o lugar estava sendo policiado. Avisou aos militantes e juntos começaram a deixar o local. Entretanto, a movimentação foi percebida e Olavo foi preso com mais dezoito pessoas. O grupo foi levado ao 1º Distrito Policial – Sé, depois ao Quartel General da Polícia Militar. À tarde, eles foram levados para a Oban (Operação Bandeirantes), mas em vista da prisão dos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no dia 2 de maio, todos foram transferidos para o DOPS. Olavo ficou na cela nº 2, com presos políticos da Ação Libertadora Nacional (ALN), do PORT e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De acordo com a versão, divulgada no dia 13 de maio de 1970, Olavo Hanssen teria se suicidado ao ingerir veneno, conhecido por *Portion*, tendo sido encontrado em terreno baldio próximo ao Museu do Ipiranga no dia 9 de maio de 1970. Nesse mesmo dia, a família foi avisada por funcionário do Instituto Médico Legal (IML), que não quis se identificar por medo de represálias, segundo Alice Hanssen, conforme relatado em audiência pública na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, realizada em 18 de novembro de 2013.

Contudo, essa versão sempre foi contestada. Vários companheiros de militância que estavam no DOPS afirmam que Olavo morreu em decorrência das torturas a que foi submetido na cadeia. De acordo com depoimento escrito de Dulce Querino de Carvalho Muniz, encaminhado à CEMDP, já nos primeiros dias de prisão, Olavo havia sido torturado (sofreu queimaduras, palmatórias nos pés e nas mãos, espancamentos, “pau de arara”) para que revelasse onde ficava a

gráfica do PORT. Dulce relatou ainda que no dia 8 de maio de 1970 desceu do interrogatório e como de costume Olavo quis falar com ela. Contudo, ele estava tão debilitado que os companheiros de cela tiveram de carregá-lo pelos dois braços até a janelinha da porta para que pudesse falar com ela. Nessa mesma noite, ele foi levado em coma para o Hospital.

Dulce Muniz afirma ainda que segundo o preso político Waldemar Tebaldi, que era médico, Hanssen precisava ser imediatamente levado ao hospital, pois seus rins já não funcionavam mais. Os presos políticos exigiram que fosse chamado um médico para lhe prestar assistência, o que só foi realizado em 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, ele apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas. O médico que o assistiu, José Geraldo Ciscato, lotado no DOPS/SP, na época, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. Seu estado agravou-se dia a dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, mas não obtiveram êxito. Somente em 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no bairro do Cambuci.

Geraldo Siqueira, à época militante do PORT, detido junto com o dirigente, em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, afirmou que Olavo foi o maior alvo das torturas em razão de sua posição de direção e por já ser conhecido pelos agentes repressivos devido às prisões anteriores. Os torturadores tinham dois objetivos: “obter mais informações sobre o trotskismo no Rio Grande do Sul e destruir a ‘gráfica do PORT’”.

A presa política Maria Auxiliadora Lara Barcellos denunciou o assassinato, em

17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria, tendo afirmado, em suas declarações que

não cometeu crime algum [...] nem eu, nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha que comparecer em Juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; [...] além desses crimes, o crime de haver torturado até à morte brasileiros valerosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles [...].

Maurice Politi e Rafael Martinelli, que estiveram na mesma cela que Olavo no DOPS, confirmaram em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, que Olavo tinha a sua saúde bastante comprometida, em razão das torturas sofridas. Maurice Politi relatou que

a nossa indignação do caso do Olavo Hanssen foi tão grande porque vimos ele chegando da tortura e eu me lembro dessa imagem muito forte, eu e o Rafael deitado ao lado dele e ele urinando sangue, manchando o colchão. E realmente aí a gente ficou apavorado porque aquele sangue....

Rafael Martinelli conta que o delegado Josecir Cuoco era quem comandava as equipes de tortura de Olavo.

Há outros elementos materiais que contribuem para a desconstrução da falsa versão, como os próprios documentos oficiais do DOPS e da Justiça Militar, que são contraditórios. A certidão de óbito, datada de 15 de maio de 1970, e assinada pelo médico-legista Dr. Geraldo Rebello, informa que a vítima

morreu no dia 9 de maio de 1970, mas não informa o local e apresenta causa de morte indeterminada. O laudo de exame de corpo de delito, datado de 15 de maio de 1970, informa que o corpo deu entrada no IML às 16 horas do dia 9 de maio de 1970, e que se encontrava no Hospital Geral do Exército. O exame necroscópico foi realizado pelo doutor Geraldo Rebello e por Augusto Queiroz Gomes e concluiu que a vítima tinha “ferimento ovalar contuso na perna direita, duas escoriações na perna esquerda, escoriações no escroto, hematoma no couro cabeludo”. O exame toxicológico, de 1 de junho de 1970, informa que o exame deu “positivo para *parathion*”, que é um pesticida agrícola. A autópsia revelou traqueia, esôfago e estômago limpos. Essas informações desconstruídas permitem inferir que a vítima não havia ingerido *parathion*, pois não havia vestígios nos órgãos do sistema digestivo, tendo falecido por complicações renais decorrentes das torturas a que foi submetido. Além disso, há incongruência quanto ao local de morte da vítima, pois a falsa versão tanto aduz que foi encontrado em terreno baldio, como no Hospital do Exército.

À época de sua morte, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo delegado Sylvio Pereira Machado e acompanhado pelo promotor doutor José Veríssimo de Mello, com o objetivo de apurar a morte de Olavo Hanssen. O IPM ouviu como testemunhas somente agentes estatais, que confirmaram que a vítima não apresentava sinais de sevícia ou maus tratos. O delegado de polícia Josecir Cuoco afirmava que Olavo estava no DOPS e aparentava boa aparência. O delegado de polícia Ernesto Milton Dias afirmou que quando o viu na prisão não notou qualquer anormalidade nele. Contudo, o agente policial Dirceu Melo, de plantão no dia 8 de maio de 1970, asseverou que Olavo o chamou e lhe disse que não se sentia bem e pediu para ser atendido por um médico. O inquérito policial concluiu que a morte de Olavo se deu por envenenamen-

to. O Ministério Público acompanhou o IPM e arquivou o processo. Contudo, a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição de Justiça Militar decidiu que “improcede, objetivamente, que Olavo cometeu suicídio. O que procede é a afirmação, estribada em elementos de certeza, de que era portador de problemas renais”. Assim, a Justiça Militar contradisse a falsa versão de suicídio, tentando configurar a morte como sendo de causa natural, reforçando as incongruências.

Recentemente, a perícia da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao realizar exame documentoscópico, concluiu que a partir do dia 21 de maio de 1970, os documentos relativos à morte de Olavo Hanssen, inclusive os laudos, modificaram a informação anterior da causa de sua morte para “morte por envenenamento por *parathion*”, denotando uma dinâmica de contrainformação produzida pelos órgãos da repressão com o objetivo de dificultar a apuração das circunstâncias de morte da vítima.

O enterro de Olavo Hanssen ocorreu no dia 14 de maio de 1970, no Cemitério de Mauá.

## LOCAL DE MORTE

Hospital Militar do Exército, São Paulo, SP.

## IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

### I. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

#### 1.1. DOPS/SP

##### **Governador do Estado de São Paulo:**

Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Servulo Mota Lima

**Diretor Geral do DOPS:** Ivahir de Freitas Garcia

**Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo:** Renan Bastos

**Primeiro delegado assistente DOPS:** não informado

**Delegado:** Ernesto Milton Dias

**Delegado:** Josecyr Cuoco  
**Investigador:** Sálvio Fernandes do Monte  
**Médico:** Geraldo Ciscato

1.2. IML-SP

**Diretor do IML- SP:** Arnaldo Siqueira  
**Médico-legista:** Geraldo Rebello

## 2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Ernesto Milton Dias.	DOPS/SP.	Delegado.	Mandante.	DOPS/SP.	<i>Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos (1964-1985)</i> da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pp. 192-195.
Josecyr Cuoco.	DOPS/SP.	Delegado.	Mandante.	DOPS/SP.	1. “ <i>Bagulhão</i> ”: <i>a voz dos presos políticos contra os torturadores</i> . São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014. 2. Testemunho de Maurice Politi perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª. Audiência, 18/11/2013. 3. Testemunho de Rafael Martinelli perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013.
Médico Geraldo Ciscato.	DOPS/SP.	Médico.	Não atendimento médico da vítima e acompanhamento da tortura.	DOPS/SP.	Testemunho de Maurice Politi perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª. Audiência, 18/11/2013.
Sálvio Fernandes do Monte.	DOPS/SP.	Investigador.	Execução.	DOPS/SP.	<i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos (1964-1985)</i> da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pp. 192.195.
Sylvio Pereira Machado.	DOPS/SP.	Delegado.	Condução do inquérito que investigou a morte de Olavo Hanssen.	2ª Auditoria da 2ª CJM – São Paulo.	Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106.
Durval Ayrton Moura de Araújo.	Ministério Público.	Procurador junto à Justiça Militar.	Prevaricação ao não investigar a tortura.	2ª Auditoria da 2ª CJM – São Paulo.	Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106.
Nelson da Silva Machado Guimarães.	Magistrado.	Auditoria Militar.	Prevaricação ao mandar arquivar o inquérito e não investigar a tortura.	2ª Auditoria da 2ª CJM – São Paulo.	Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106.

## FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

### 1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/ SP. 50-Z-9-20139.	Exame químico toxicológico, 1/6/1970.	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo.	Envenenamento da vítima.
Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/ SP. 50-Z-9-14466.	Certidão de óbito, 14/5/1970.	Cartório – Registro Civil.	Causa da morte “indeterminada”.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Público do Estado de São Paulo. Deops/SP. 50-Z-9-14468A.	Petição ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 18/5/1970.	Heráclito Fontoura Sobral Pinto.	Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970.
Arquivo Público do Estado de São Paulo. Deops/SP. OS 0116.	Ordem de prisão em 1/12/1964.	Justiça Militar – 2ª Auditoria; 2ª Região Militar.	Prisão preventiva em 1964.
Arquivo Público do Estado de São Paulo. Deops/SP. OS 0116.	Qualificação de elementos fichados por atividades subversivas, 5/8/1966.	Deops/SP.	Qualificação como “subversivo” e informação da prisão em 1964.
Diário do Congresso Nacional – 24/9/1970.	Discurso do deputado Pedroso Horta, na sessão vespertina de 16/9/1970 (“Morte de Olavo Hansen”).	Congresso Nacional – Deputado Federal Oscar Pedroso Horta (MDB).	Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970.
Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106.	Inquérito Policial Militar, instaurado em 27/5/1970.	Justiça Militar – 2ª Auditoria; 2ª Região Militar.	Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970; decisão do juiz auditor.
Arquivo CNV, 00092.002624/2014-93.	Laudo Pericial Documentoscópico.	Comissão Nacional da Verdade.	Refuta a falsa versão de suicídio por meio de um laudo pericial documentoscópico, reiterando a tese de homicídio através de envenenamento.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0009 p. 65.	Auto de Qualificação e Interrogatório, 17/11/1970.	Justiça Militar – 1ª Auditoria; 2ª Região Militar.	Relato de Maria Auxiliadora Lara Barcelos acerca da recorrência da morte de militantes sob tortura.

## 2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Dulce Muniz (ex-militante do Port, presa com a vítima).	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª Audiência, 18/11/2013.	Circunstâncias da prisão e da tortura.
Geraldo Siqueira (ex-militante do PORT, preso com a vítima), p. 39.	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª Audiência, 18/11/2013.	Circunstâncias da prisão e da tortura.
Maurice Politi (ex-militante da ALN, preso no mesmo período que a vítima).	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª Audiência, 18/11/2013.	Circunstâncias da tortura.
Rafael Martinelli (ex-militante da ALN, preso no mesmo período que a vítima).	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª Audiência, 18/11/2013.	Circunstâncias da tortura.
Alice Hanssen (irmã da vítima).	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 95ª Audiência, 18/11/2013.	Circunstâncias do ocultamento do corpo.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que a Olavo Hanssen morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Olavo Hanssen, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

1 – LEAL, Murilo. *Olavo Hanssen: uma vida em desafio*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.